

Recepção ao Desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro

Presidente do Tribunal de Justiça RS

19.11.19

Senhor Presidente!

Saudando os Magistrados, servidores aqui presentes e, em especial, Vossa Excelência, que realiza esta visita ao nosso TJM, o mais antigo dos TJM do país, completando a poucos dias 101 anos de existência.

Para nós, é com muito respeito e alegria que o recebemos em nossa casa. Saiba que somos e sempre seremos parceiros, ou, melhor dizendo, fiéis escudeiros em todas as situações que pudermos ajudar em eventuais dificuldades a serem enfrentadas.

Saiba que nossa justiça castrense, como sempre dizemos, é muito franciscana, temos por certo a menor estrutura de todos os Tribunais do país, nossas instalações são simples, mas somos muito fortes em nossa atividade fim, qual seja julgar com qualidade e de forma célere nossos jurisdicionados.

Neste ponto, destacar que são raras as alterações determinadas pelos Tribunais Superiores às nossas decisões, nossa celeridade é marcante, ou seja, hoje estamos julgando uma apelação criminal em cerca de 90 dias. E tem de ser assim mesmo, pois nossos militares, que combatem a criminalidade diuturnamente, não podem ficar esperando muito tempo pela solução de um processo, pois isso também será ruim para a própria sociedade que espera sempre uma proatividade máxima de nossos militares estaduais. Tal ponto merece um registro especial, pois em recente visita ao TJM o Exmo. Presidente do STF, Ministro Dias Toffoli, disse que podem extinguir nossa justiça militar por qualquer motivo, menos pela celeridade dos julgamentos, um fato incontestável. Outro fator, dito e redito, por nossos elementos adversos de sempre, é a questão do pequeno número de processo, ora, isso representa a eficácia de nossa justiça castrense, pois os Policiais e Bombeiros Militares respeitam o Código Penal Militar e a nossa justiça. Se tivermos um número grande de processos representará, por certo, o caos. Outros falam do corporativismo nos nossos julgados, pois bem, o Jornal Zero Hora do dia 16 corrente, em artigo assinado pelo jornalista Humberto Trezzi, sob o título “De três PM julgados, um é condenado no RS”, faz um extrato sobre nossos julgados e relata alguns casos onde Oficiais de patente superior recentemente foram julgados e condenados, o que, por si, bem reproduz a inexistência de corporativismo.

Nossa responsabilidade aumenta a partir da Lei n.º 13.491, recentemente editada, que trás para nossa competência crimes importantes e graves praticados por PM e

Bombeiros em serviço. Pois bem, isto também será resolvido, por certo, rapidamente, de forma técnica e célere, pois nossa missão principal é preservar as pilastras básicas de qualquer atividade militar, qual seja a hierarquia e a disciplina, e mais, manter a nossa quase bicentenária Brigada Militar e o Corpo de Bombeiro, recentemente emancipado, como instituições que orgulham o povo gaúcho no cenário nacional. Lembrar, por oportuno, que, recentemente, comemorou-se o cinquentenário de nosso Código Penal Militar e vislumbramos para os próximos dias as reformas do CPM e CPPM, já em curso no Congresso Nacional, o que, por certo, os modernizará, para a valorização de nossa Justiça Militar a mais antiga do país.

Mas, é importante, também registrar, Sr Presidente, que nossa Justiça Militar, como disse, é de pequena estrutura, mas muito forte e valente como são os guerreiros. Hoje, podemos afirmar que somos top no ranking do Poder Judiciário brasileiro. Em todas as premiações do CNJ fomos destacados. Somos possuidores de três selos ouro e dois de bronze. Neste ano alcançamos o 8º lugar dentre os 92 Tribunais na avaliação sócio-ambiental e 28º lugar no ranking da transparência. Somos 100% digitais, todos os nossos processos judiciais e administrativos estão disponibilizados eletronicamente nos sistemas eproc e Sejjudgar. Nossos prédios estão em vias de serem legalizados, refiro-me aos PPCI e Habite-se, um registro importante, pois também temos de cumprir nossas obrigações com a lei.

Sr Presidente! Sem me alongar, gostaria de aproveitar a oportunidade e reforçar a decisão deste TJM quanto ao uso do processo eletrônico eproc, cedido gratuitamente pelo TRF4. Como disse anteriormente todos os nossos processos estão inseridos no eproc. Ainda, como todos sabem o eproc é um processo eletrônico amigo, onde todos os operadores do direito o elogiam. Sabemos que o nosso TJ também está utilizando o eproc e avançando rapidamente para todas as classes processuais em seus órgãos de jurisdição. Aqui, avançamos ainda mais, pois a nossa gloriosa Brigada Militar, em parceria com a nossa TIC, criou o SGC – Sistema de Gestão Correccional, onde todos os IPM, Sindicâncias, Inquéritos Técnico e PADs estão inseridos. Os procedimentos já nascem eletrônicos e são conectados ao eproc diretamente, uma evolução tecnológica inovadora. Esperamos que esta discussão administrativa, Pje x eproc, que já bate no judiciário, com reflexo na imprensa, cesse imediatamente, pois penso não ter sentido uma “briga quase de rua”, como se diz entre os brigadianos, envolvendo pessoas inteligentes, onde o bom senso deve imperar. Assim, neste ponto, esperamos que V.Exa, como Presidente de um Tribunal de grande porte e que perante o Relatório Justiça em número recentemente publicado pelo CNJ aponta ter atingido 100% no Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus), incluída a área administrativa, no 1º e no 2º Grau e que tal liderança gaúcha vem se mantendo há 11 anos, o que não é pouco; e, ainda, como Presidente do colégio dos Presidentes dos Tribunais de Justiça estaduais,

possa ajudar na pacificação e melhor encaminhamento para o uso do processo judicial eletrônico.

Sr Presidente! Não poderia, nesta oportunidade que é impar, pois pelo menos nos últimos dez anos V.Exa é o primeiro presidente do TJ, durante o exercício, a nos dar a honra da visita, deixar de registrar e agradecer a V.Exa, que capitaneia o Poder Judiciário gaúcho, pelo prestígio que tem dado a esta Presidência e apoio incondicional prestado a esta justiça castrense. Entre tantos apoios prestados, devo destacar, em brevíssima síntese, alguns que julgo fundamental: A execução dos PPCI dos prédios da capital e o Habite-se de nosso prédio principal ambos em fase de conclusão; a licitação para a contratação de empresa de prestação de serviço especializado para a manutenção de nossa rede elétrica, bem como o transformador aqui existente. Destacar o apoio técnico prestado por servidores de vossa administração, sempre muito atenciosos e que nos auxiliam na solução do dia-a-dia.

Dizer, que estamos trabalhando para garantir uma melhor condição de trabalho para nossos magistrados e servidores do 1º e 2º grau. Inúmeras melhorias realizamos, estabelecemos metas no início da gestão e corremos atrás, hoje, restam quase todas concluídas. Da mesma forma, buscamos nos relacionar com as forças vivas da sociedade, escrevemos artigos, editamos livros, comemoramos nosso centenário no Teatro São Pedro, realizamos um seminário em conjunto com a PUC, realizamos um curso de extensão em direito militar, criamos a escola judiciária militar, e muito mais, tudo no afã de dar visibilidade para nossa justiça castrense e, assim, justificar sua existência como órgão de justiça importante para o controle da ordem pública em nosso Estado.

Mas faltava algo não menos importante e conseguimos efetivá-la na data de hoje, qual seja, prestar esta simples homenagem, que é envolta de grande sentimento de camaradagem e agradecimento a V.Exa, pelo exercício de liderança e coragem com que é exercida na defesa do Poder Judiciário Gaúcho e, da mesma forma, o apoio com que nos tem distinguido.

Por derradeiro, como militar que sempre serei, deixo a V.Exa nossa caprichada continência.

Muito obrigado.